

Com vistas ao plebiscito

QUANDO das últimas eleições diretas para Presidente da República (1960), o Brasil contava 15,5 milhões de eleitores. Em novembro, teremos mais de 80 milhões, estimativa de base bastante lógica, feita pela Secretaria de Informações Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE): se para as eleições de novembro passado estavam registrados 75,8 milhões de eleitores, com o direito de voto facultado pela Constituição aos maiores de 16 anos, mais o número dos que ficaram este ano obrigados a se alistar, ultrapassaremos facilmente — e talvez de bastante — os 80 milhões.

UM quadro assim tão diferente do apresentado em 1960 é de si mesmo um dado a ser seriamente considerado pelos políticos e candidatos: a maioria absoluta dos votantes, a ser conquistada agora, é bem mais que o dobro do total obtido em 1960 — a eleição, sobretudo realizada em dois turnos, terá caráter plebiscitário.

ACRESCE que no sistema presidencialista de governo, o Presidente da República tem uma legitimidade distinta e independente da legitimidade do colegiado que é o Congresso Nacional: é o sentido das eleições diretas. E isso força os candidatos ao que vêm fazendo: buscar alianças eleitorais. Nítida e rigorosamente eleitorais, com seus trunfos e riscos. Trunfos para o candidato e riscos para todos, inclusive riscos para as instituições: a maioria colhida em 1989

poderá se dissipar já nos primeiros meses de 1990, com um Congresso em fim de legislatura e com a incógnita das eleições previstas para o final do ano.

A QUE maioria se deve aspirar, então? Não será uma maioria partidária: não há, no momento, partido político algum que possa trazer para o futuro Presidente a legitimação imperiosa, determinada pela Constituição. Ademais, tem sido sumamente difícil, no Brasil, fazer do eleitor de hoje o correligionário de amanhã: o brilho dos desempenhos partidários tem sido o de um relâmpago; o que não é nada confortante para as instituições. Também não será uma maioria ideológica, ou marcadamente programática, impossibilitada pela heterogeneidade do eleitorado. Para ficar num só aspecto dessa heterogeneidade, basta atentar para a estrutura do eleitorado por grau de instrução, segundo dados ainda do TSE: dez por cento de analfabetos, 30% sabendo apenas ler e escrever, 28% com primário incompleto e dez por cento com primário completo — e teremos aí quase os quatro quintos.

A ÍNDOLE das alianças está a ser indicada pela composição das chapas, que se tem visto até agora: apontando para uma soma eleitoral Nordeste/Sudeste, elas terão que se consolidar sobre simples — mas pronunciadamente pertinente — denominador comum. O denominador comum da confiança da socieda-

de no Estado, a se restabelecer; dos meios práticos e prontos de se vencer a crise econômica, de que a penúria é apenas o lado mais perverso e sintoma; da busca determinada da abundância e do desenvolvimento; da redução das desigualdades regionais e sociais.

ELA dissuade o discurso político da radicalização e de um classismo arrogante e auto-suficiente. Ela dissuade o cansativo discurso de oposição ao presente: os problemas, o eleitorado os conhece tão bem ou melhor que os políticos; ele quer saídas e soluções. Ela prefere, a uma ótica política marcadamente urbana e pretensiosa em seu eruditismo — como a da dialética esquerda/direita —, o discurso pragmático e direto do batalhador e realizador.

E NÃO VAI nisso menoscabamento algum da identidade partidária. Sempre houve grandes vitórias partidárias que saíram de prévias alianças, sensatas e realistas. Foi através de uma aliança que o Partido Socialista da Alemanha Ocidental encontrou seu caminho para o poder, depois de 40 anos de dele exilado — a Grande Coalizão, da década de 60; e é através de alianças também que a Democracia Cristã italiana tem sustentado sua porfia com o Partido Comunista e a própria estrutura básica do sistema partidário naquele país. Não seriam nossos partidos nacionais a vir pretender posar de quimicamente puros.